

SUSTENTABILIDADE ENERGÉTICA NOS EDIFÍCIOS RESIDENCIAIS E DE SERVIÇOS – REGENERAÇÃO URBANA



Cristina Cardoso
Ponte de Lima, 3 de outubro, 2013



REGENERAÇÃO URBANA

- ❑ Enquadramento e Evolução
- ❑ Estratégia para o Horizonte 2014-2020
- ❑ Estratégia Europeia
- ❑ Desígnio Estratégico Nacional
- ❑ Necessidades
- ❑ Oportunidades
- ❑ Medidas e Instrumentos
- ❑ Conclusões

REGENERAÇÃO URBANA - Enquadramento e Evolução

Reabilitação/Regeneração Urbana: Matéria que, ao nível comunitário, começou a ganhar importância na década de noventa.

Atualmente, esta área, está expressamente contemplada no novo **ciclo de programação estratégico europeu, 2014-2020.**

Para uma melhor perceção deste percurso, justifica-se apresentar o enquadramento e a evolução do posicionamento europeu face às questões associadas à reabilitação/regeneração urbana e à política das cidades.

REGENERAÇÃO URBANA - Enquadramento e Evolução

- ▶ Década de 90 - **Programa URBAN** – Programa piloto que teve por objetivo apoiar a inovação ao nível do planeamento e da reabilitação urbana;
- ▶ 2000 - **Carta de Copenhaga** – Decorreu na Presidência Dinamarquesa da UE e identificou os princípios fundamentais para que o desenvolvimento urbano e regional possa dar resposta aos desafios da globalização;
- ▶ 2005 – **Acordo de Bristol** – Definiu as características das comunidades sustentáveis e estabeleceu o compromisso de partilha de informação sobre os casos de estudo e boas práticas entre os Estados Membros;
- ▶ 2007 – **Carta de Leipzig** – Identifica princípios e estratégias comuns para o desenvolvimento urbano;
- ▶ 2009 – **Relatório Barca** – Define uma estratégia de crescimento, ancorada no desenvolvimento local e aponta mudanças de direção a tomar no próximo ciclo de programação.

REGENERAÇÃO URBANA - Enquadramento e Evolução

(reconhecimento da **Política Territorial** como elemento essencial à própria construção europeia)

- 2010 - **Declaração de Toledo** (adotada por todos os Estados Membros e alinhada com os objetivos estabelecidos na Estratégia Europa 2020) – tem como preocupação central a identificação de instrumentos eficazes para assegurar a saída da crise e preparar a economia da União Europeia para esta nova década.

REGENERAÇÃO URBANA - Enquadramento e Evolução

Toledo apresenta a **Regeneração Urbana** como um fator crítico para a competitividade e para a criação de emprego em diferentes dimensões:

- **Dimensão Ambiental:** As cidades devem ser assumidas como fatores essenciais na luta contra as alterações climáticas e a degradação do ambiente;
- **Dimensão Social:** Reconhece as cidades enquanto locais com elevados riscos de fragmentação social;
- **Dimensão Económica:** As cidades são um dos principais ativos da Europa, uma vez que concentram capital humano, social, cultural e patrimonial.

REGENERAÇÃO URBANA – Estratégia para o Horizonte 2014-2020

Estratégia para o horizonte 2014-2020 :

- Instrumento orientador para toda a economia;
- Mobilização concertada da nossa sociedade em torno de uma visão global;
- Dinamização investimento imobiliário;
- Dinamização da Reabilitação Urbana.

(área expressamente contemplada no ciclo de programação estratégica europeu 2014-2020).

REGENERAÇÃO URBANA – Estratégia Europeia

Prioridades da **Estratégia Europeia para o Setor da Construção e do Imobiliário** (representa 10 % do PIB europeu e 20 milhões de empregos):

- Fomento da formação e dos recursos humanos;
- Incentivo à utilização de **sistemas de construção sustentáveis**;
- Reforço do mercado europeu da construção;
- Promoção da posição competitiva das empresas da construção no mercado global;
- Defesa de condições favoráveis ao investimento – Renovação e manutenção de edifícios (pacote de 120 mil milhões de euros em empréstimos BEI).

REGENERAÇÃO URBANA – Desígnio Estratégico Nacional

- Todos os **partidos políticos** com assento parlamentar assumem nos seus programas a Reabilitação Urbana;
- O **Memorando de Entendimento**, assinado com a “Troika”, apresentou a Reabilitação Urbana como uma das poucas medidas orientadas para o crescimento;
- O **Compromisso para a Competitividade Sustentável do Setor da Construção e Imobiliário**, acordo assinado entre a CPCI e o Governo em março de 2013, prevê, entre outros, como domínios prioritários “Dinamizar a reabilitação urbana e o mercado do arrendamento” e “Promover a sustentabilidade ambiental no setor”.

REGENERAÇÃO URBANA – Desígnio Estratégico Nacional

“Dinamizar a reabilitação urbana e o mercado do arrendamento”

...

- *“Criar um novo programa de financiamento de particulares para a reabilitação integral de edifícios destinados a arrendamento.”*
- *“Prosseguir na simplificação de procedimentos e promover a redução de custos de licenciamento da reabilitação.”*
- *Promover a eficiência energética, a qualidade do ar interior e a sustentabilidade.”*

REGENERAÇÃO URBANA – Desígnio Estratégico Nacional

“Promover a sustentabilidade ambiental no setor”

...

- *“Promover a gestão eficiente dos recursos, nomeadamente, a eficiência energética e a melhoria do desempenho ambiental.”*
- *Promover, através da formação profissional, a reorientação do tecido empresarial para o novo paradigma de baixo carbono, nomeadamente no domínio da reabilitação urbana, da construção sustentável e da gestão eficiente de recursos, em particular a eficiência energética do setor.”*

REGENERAÇÃO URBANA – Necessidades

- **Europa:** A reabilitação representa **36,8%** de toda a produção da construção, sendo o peso do segmento da habitação de **50%**.

(a renovação e manutenção de edifícios têm um peso idêntico ao da construção nova)

- **Portugal:** O peso da reabilitação situa-se nos **6,5%** do total da produção do setor da construção.

(1/6 do que se produz em termos de habitação)

REGENERAÇÃO URBANA - Necessidades

Dados Censos 2011:

- Portugal tem **1,5 milhões** de fogos construídos que necessitam de intervenção (**28,9 %** dos edifícios precisam de obras);
- Mais de metade dos edifícios construídos até **1960** revelam necessidades de intervenção;
- **19,2%** dos edifícios construídos na década de 80 e **13,9%** dos edifícios construídos entre 1991 e 1995, já precisam de algum tipo de obras;
- Nos **últimos 10 anos** verificou-se uma forte redução da construção nova e um recuo no que respeita ao Arrendamento.

REGENERAÇÃO URBANA - Necessidades

Dados Censos 2011:

- O mercado do arrendamento desceu dos **20,8%**, registados em **2001**, para os **19,4%**, em **2011**;
- Dos **779 mil fogos** arrendados em Portugal, **326 mil** (42%) têm rendas de valor inferior a 150€;
- **226 mil** fogos correspondem a contratos de arrendamento anteriores a 1990 – onde se verifica a maior incidência de património em elevado estado de degradação;
- **11%** dos alojamentos ocupados como residência habitacional estão em situação de sobrelotação – De 450 mil fogos, mais de **100 mil** registam duas ou mais divisões em falta.

REGENERAÇÃO URBANA - Oportunidades

- A regeneração urbana associada à eficiência energética, que assume um lugar central a nível europeu, são domínios que não podem ser descurados quando se procura incentivar a renovação do parque edificado.
- As nossas vilas e cidades, o património histórico e cultural, o clima, o ambiente social, constituem uma identidade única que deve contribuir de forma decisiva para o crescimento económico.
- Há que encarar as cidades como elementos essenciais da competitividade do território e do desenvolvimento nacional.

REGENERAÇÃO URBANA - Oportunidades

O estado da conservação das estruturas urbanas, dos edifícios e dos espaços exteriores, devem ser associados a outros ativos por forma à diferenciação das cidades da atualidade, tais como:

- Habitação a custos razoáveis;
- Acessibilidades e infra-estruturas;
- Saúde, educação e equipamentos sociais;
- Segurança;
- Património histórico e cultural;
- Desporto, recreio e lazer;
- Comércio e serviços;
- Restauração e capacidade hoteleira.

REGENERAÇÃO URBANA – Medidas e Instrumentos

- Elaboração de planos e programas de regeneração urbana que abrangam a cidade no seu conjunto (que definam medidas e ações concretas, devidamente calendarizadas);
- Definição de ações de reabilitação física/espço público conjuntamente com diretrizes que estabeleçam critérios de gestão de uso do solo, de proteção da paisagem e do património;
- Criação de boas condições de habitabilidade (tecido urbano deve ser atrativo para viver e trabalhar);
- Fomento da diversidade de tipologias e de formatos na oferta de habitação (promoção da pluralidade social);

REGENERAÇÃO URBANA – Medidas e Instrumentos

- Combinação de diferentes tipos de financiamento público (fundos estruturais europeus, nacionais e regionais) com novos instrumentos financeiros (empréstimos, fundos renováveis, JESSICA);
- Desenvolvimento de novos incentivos financeiros e fiscais para os promotores privados;
- Investir no desenvolvimento de conhecimentos e competências técnicas;
- Adaptar as propostas de regeneração urbana ao contexto específico dos locais;
- Promover processos abertos e transparentes (participação da população);
- Implementar metodologias de avaliação e acompanhamento das operações (verificação das metas/introdução de alterações).

REGENERAÇÃO URBANA – Conclusões

A implementação eficiente **da Regeneração Urbana integrada pressupõe uma forte** “aliança urbana” entre todos os atores que intervêm no processo da reconstrução da cidade (cidadãos, administração pública, empresas de construção, setor imobiliário, financeiro, etc) e em que os objetivos a alcançar devem ser:

a Reabilitação, a Valorização e a “Reinvenção”
da Cidade Existente.

SUSTENTABILIDADE
ENERGÉTICA no
ALTO MINHO
2014-2020

Plano de Ação; Instrumentos &
Ações Prioritárias

Cristina Cardoso

Ponte de Lima - 03/10/2013

